

Contas Nacionais Trimestrais Por Sector Institucional (Base 2006)
3º Trimestre de 2011

A necessidade de financiamento externo da economia reduz-se

No ano terminado no 3º trimestre de 2011, a necessidade de financiamento da economia manteve uma trajetória descendente, fixando-se em 6,9% do PIB (7,6% no ano acabado no trimestre anterior). Esta evolução traduziu melhorias nos saldos das Administrações Públicas (de -8,8%, no 2º trimestre para -8%, no 3º trimestre) e, em menor grau, do setor das Sociedades Financeiras (de 2,7% para 3,1%) que mais que compensaram a deterioração dos saldos dos outros setores. No setor das famílias, a capacidade de financiamento reduziu-se de 3,6% para 3,4% refletindo essencialmente a redução da sua taxa de poupança. A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras agravou-se em 0,4 pontos percentuais, atingindo -5,5% do PIB no 3º trimestre.

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 3º trimestre de 2011 das Contas Trimestrais por Sector Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões.

Os resultados incorporam as Contas dos Sectores Institucionais finais para 2009, consistentes com as Contas de Ramos de Atividade, divulgadas em 9 de Dezembro passado. A informação mais detalhada relativa à sequência de Contas Nacionais Anuais finais de 2009 está disponível na respetiva área do portal do INE. Também passa a estar disponível na mesma área uma série de Formação Bruta de Capital Fixo por ativo e ramo de atividade utilizador desde 1995 a 2009. Foi ainda acrescentada a informação regional relativa ao rendimento disponível das famílias em 2009 consistente com as contas setoriais hoje divulgadas.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. **Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se**

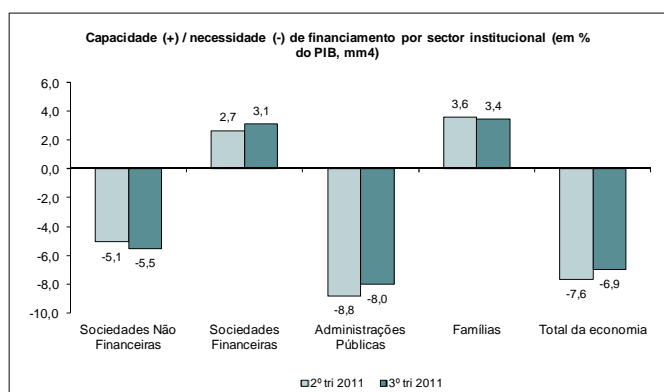
a médias móveis de 4 trimestres (mm4) ou ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. As taxas de variação apresentadas, taxas de variação em cadeia, comparam o ano acabado em cada trimestre com o ano acabado no trimestre precedente.

Adicionalmente, estas contas são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Neste "Destaque" descreve-se nas próximas secções: (i) a evolução dos principais agregados por sector institucional; (ii) o comportamento das remunerações e dos custos de trabalho por unidade produzida; (iii) os principais fatores subjacentes à revisão das estimativas anteriores, devendo desde já ser referido que as revisões ocorridas neste trimestre são mais relativamente significativas em consequência da incorporação das contas anuais finais de 2009. Por último, inclui-se uma breve nota sobre os diferentes saldos das Administrações Públicas em Contas Nacionais e em Contabilidade Pública.

3º Trimestre 2011 – Principais resultados

No 3º trimestre de 2011 a necessidade de financiamento externo da economia diminuiu para 6,9% do Produto Interno Bruto (PIB), menos 0,7 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no trimestre anterior. Este comportamento, como se pode observar no gráfico seguinte, traduziu a redução de 0,8 p.p. da necessidade de financiamento do sector da Administração Pública. Para os restantes sectores internos, a necessidade de financiamento registou um ligeiro aumento devido à deterioração dos saldos das Famílias e, principalmente, das Sociedades Não Financeiras que mais que compensou o aumento do saldo das Sociedades Financeiras.

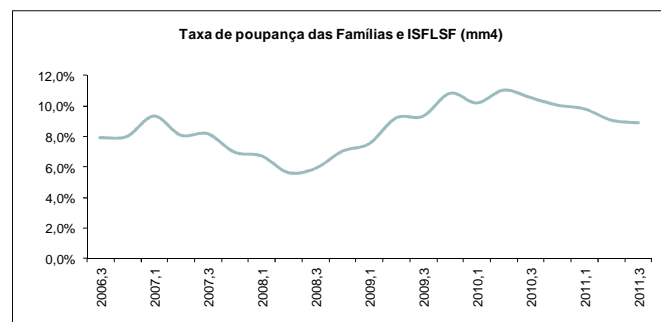


Sector das Famílias¹

Estima-se que a capacidade de financiamento do sector das Famílias se tenha fixado em 3,4% do PIB, menos 0,2 p.p. que o registado no trimestre anterior. A diminuição da capacidade de financiamento das Famílias refletiu essencialmente a diminuição da sua poupança corrente (ver gráfico seguinte). A taxa de poupança fixou-se em 8,9% (9,1% no segundo

¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

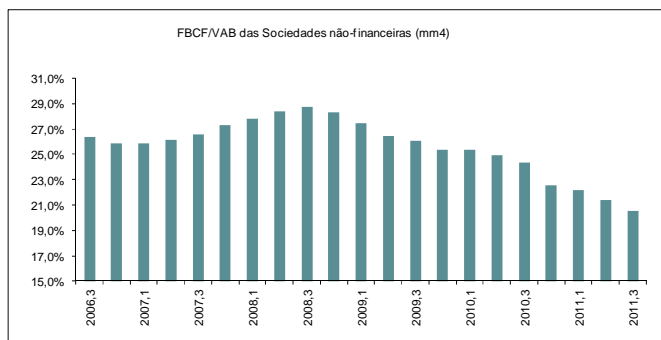
trimestre de 2011). A poupança corrente registou uma taxa de variação em cadeia de -2,2% em resultado de uma diminuição do rendimento disponível das Famílias mais intensa (-0,3%) que a do respetivo consumo final (-0,1%). A redução do rendimento disponível foi basicamente o resultado da variação negativa do saldo de outras transferências correntes pois o saldo dos rendimentos primários registou uma melhoria marginal e o conjunto dos impostos e contribuições sociais líquidos de prestações sociais recebidas mantiveram-se praticamente inalterados. É de referir, no entanto, que a evolução do saldo dos rendimentos primários traduz sobretudo o aumento do saldo dos rendimentos de propriedade (onde se incluem juros recebidos) que mais que compensou a redução das remunerações e do rendimento misto/excedente de exploração das Famílias.



Sectores das Sociedades (financeiras e não-financeiras)

O aumento das necessidades de financiamento em 0,4 p.p. para 5,5% do PIB no 3º trimestre de 2011 das Sociedades Não Financeiras, traduziu impactos negativos praticamente com a mesma magnitude das evoluções registadas no excedente bruto de exploração, no saldo dos rendimentos de propriedade e nos impostos sobre o rendimento. A deterioração da situação financeira deste setor foi parcialmente minorada pela diminuição da Formação Bruta de

Capital. Efetivamente, a taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras (medida através do rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o Valor Acrescentado Bruto do sector) continuou a diminuir, fixando-se em 20,5% (menos 0,9 p.p. que a taxa observada no 2º trimestre de 2011).



A capacidade de financiamento do sector das Sociedades Financeiras aumentou para 3,1% do PIB (mais 0,4 p.p. que no trimestre anterior), devido sobretudo à melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade.

Considerando, em conjunto, os dois sectores das sociedades, a necessidade de financiamento estabilizou em 2,4% do PIB, valor idêntico ao trimestre anterior.

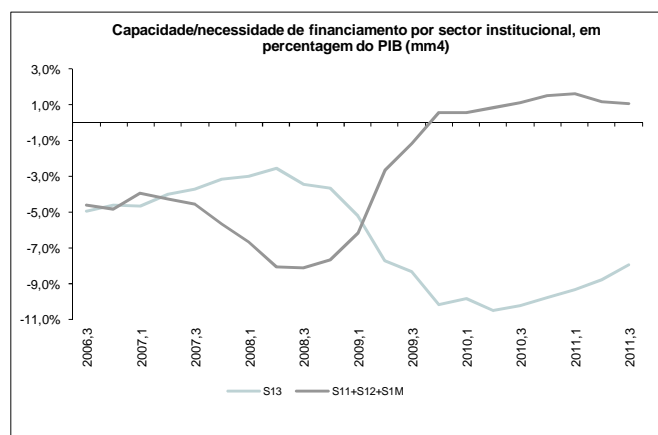
Sector das Administrações Públicas

A necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas (AP) registou uma diminuição de 0,8 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2011, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 8% do PIB. Esta redução resultou essencialmente de uma poupança corrente menos negativa que a do trimestre anterior. A melhoria da poupança corrente foi devida a um conjunto de fatores, sendo de destacar: a redução da despesa de consumo final das AP, que registou uma taxa de variação em cadeia de -2,2% em larga medida associada ao

comportamento das remunerações; o aumento da receita de impostos sobre a produção e a importação e impostos sobre o rendimento e património que registaram taxas de variação em cadeia de +0,5% e +3%, respetivamente.

Tomando como referência valores trimestrais, a necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) situou-se no 3º trimestre de 2011 em cerca de 1615,5 milhões de euros (3,8% do PIB). No trimestre homólogo do ano anterior, este défice foi de 3101,7 milhões de euros (7,1% do PIB).

A melhoria do saldo das AP no 3º trimestre de 2011 foi acompanhada pela ligeira deterioração do saldo conjunto das Sociedades e das Famílias, como se pode observar no gráfico seguinte.



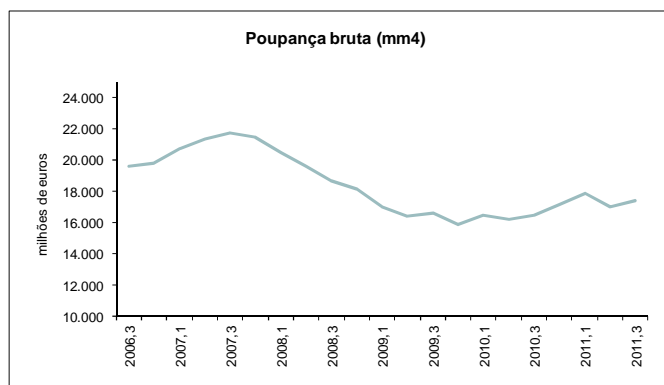
Total da Economia

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou, em termos nominais, no ano terminado no 3º trimestre de 2011, uma taxa de variação em cadeia de -0,3%, superior em 0,1 p.p. à taxa de variação do PIB, refletindo uma diminuição do défice dos rendimentos primários com o exterior. Este comportamento deveu-se aos rendimentos primários pagos ao exterior, que registaram uma diminuição de 1,2%, enquanto os

rendimentos primários recebidos estabilizaram (taxa de variação em cadeia de 0,1%).

ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2008T1	170 329	0,6	164 697	0,5	166 364	0,4
2008T2	171 280	0,6	165 392	0,4	166 941	0,3
2008T3	172 135	0,5	165 903	0,3	167 567	0,4
2008T4	171 983	-0,1	165 836	0,0	167 636	0,0
2009T1	170 826	-0,7	164 292	-0,9	166 016	-1,0
2009T2	169 274	-0,9	162 617	-1,0	164 252	-1,1
2009T3	168 601	-0,4	162 319	-0,2	163 672	-0,4
2009T4	168 504	-0,1	161 639	-0,4	162 800	-0,5
2010T1	169 562	0,6	163 094	0,9	164 179	0,8
2010T2	170 770	0,7	164 374	0,8	165 615	0,9
2010T3	172 238	0,9	165 624	0,8	166 971	0,8
2010T4	172 571	0,2	166 959	0,8	168 274	0,8
2011T1	172 930	0,2	167 518	0,3	168 981	0,4
2011T2	172 618	-0,2	165 962	-0,9	167 341	-1,0
2011T3	171 892	-0,4	165 492	-0,3	166 867	-0,3

O Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) apresentou uma taxa de variação idêntica à do RNB (-0,3%). Como a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um decréscimo de 0,6%, verificou-se em consequência um aumento da poupança bruta corrente da economia, como se observa no gráfico seguinte.



A Formação Bruta de Capital (FBC) para o total da economia registou uma diminuição de 2,6% relativamente ao ano terminado no 2º trimestre de 2011. A redução da FBC e o aumento registado da poupança bruta corrente tiveram como consequência a redução da necessidade de financiamento externo da economia para 6,9% do PIB (7,6% no 2º trimestre de 2011).

unidade: % do PIB

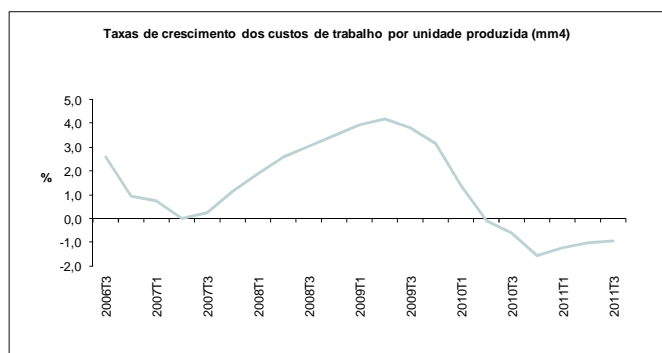
ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2008T1	12,0	1,1	22,9	-9,7
2008T2	11,4	1,1	23,1	-10,6
2008T3	10,8	0,9	23,3	-11,6
2008T4	10,6	1,0	22,9	-11,4
2009T1	10,0	0,8	22,2	-11,4
2009T2	9,7	1,1	21,3	-10,4
2009T3	9,8	1,2	20,6	-9,5
2009T4	9,4	1,2	20,2	-9,6
2010T1	9,7	1,1	20,2	-9,4
2010T2	9,5	1,0	20,1	-9,7
2010T3	9,6	1,0	19,7	-9,2
2010T4	9,9	1,3	19,6	-8,3
2011T1	10,3	1,4	19,4	-7,7
2011T2	9,8	1,4	18,9	-7,6
2011T3	10,1	1,4	18,5	-6,9

Remunerações e custos de trabalho por unidade produzida (CTUP)

A remuneração média² registou uma diminuição no ano acabado no 3º trimestre de 2011 face ao período homólogo de 2010. Estima-se que a taxa de variação da remuneração média tenha atingido -0,4%. Este comportamento foi observado pela primeira vez neste trimestre e refletiu essencialmente a evolução das remunerações nas Administrações Públicas. Com efeito, a despesa com remunerações deste setor registou uma variação em cadeia de -2,0% (-1,8%, no trimestre anterior). No conjunto das sociedades, as remunerações pagas aumentaram 0,2% (0,3% no trimestre anterior).

A diminuição da remuneração média determinou a continuação da variação negativa dos CTUP. No entanto, este efeito foi atenuado pela evolução desfavorável da produtividade, registando-se assim uma variação negativa menos intensa no 3º trimestre comparativamente à observada no trimestre anterior.

² Remuneração por trabalhador.



setores das Sociedades Não Financeiras e das Famílias, tendo em conta os dados disponibilizados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada; estas alterações manifestaram-se também em termos do perfil intra-anual particularmente dos juros.

- (iv) Outras alterações decorrentes da utilização de informação de base revista, nomeadamente da Balança de Pagamentos e das instituições financeiras não monetárias.

Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação, com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 2º trimestre de 2011, é de destacar:

- (i) A incorporação das Contas Anuais de 2009 que embora não tenham afetado significativamente a capacidade/necessidade de financiamento dos setores institucionais para aquele ano, alteraram no entanto alguns dos fluxos de rendimentos e despesas que lhes estão subjacentes, com reflexos nas estimativas trimestrais para 2010 e 2011.
- (ii) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver "Destaque" de 9 de dezembro passado).
- (iii) Alterações no apuramento dos juros e nos lucros distribuídos (a pagar e receber) pelos

Saldos em Contabilidade Pública e em Contabilidade Nacional

No apuramento do chamado défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. Há dois tipos de ajustamento particularmente relevantes, o ajustamento de universo e o ajustamento "accrual".

Tendo em conta as regras do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, SEC 95, o primeiro ajustamento reflete, por um lado, a inclusão de um conjunto de entidades públicas que são incluídas no setor institucional das Administrações Públicas (AP) e que não estão incluídas no conjunto de referência para a Contabilidade Pública, por outro lado, a exclusão de entidades consideradas para efeitos de Contabilidade Pública que em Contas Nacionais estão excluídas daquele setor. Em termos genéricos, o setor das AP em Contas Nacionais inclui as entidades públicas que são produtores não mercantis.

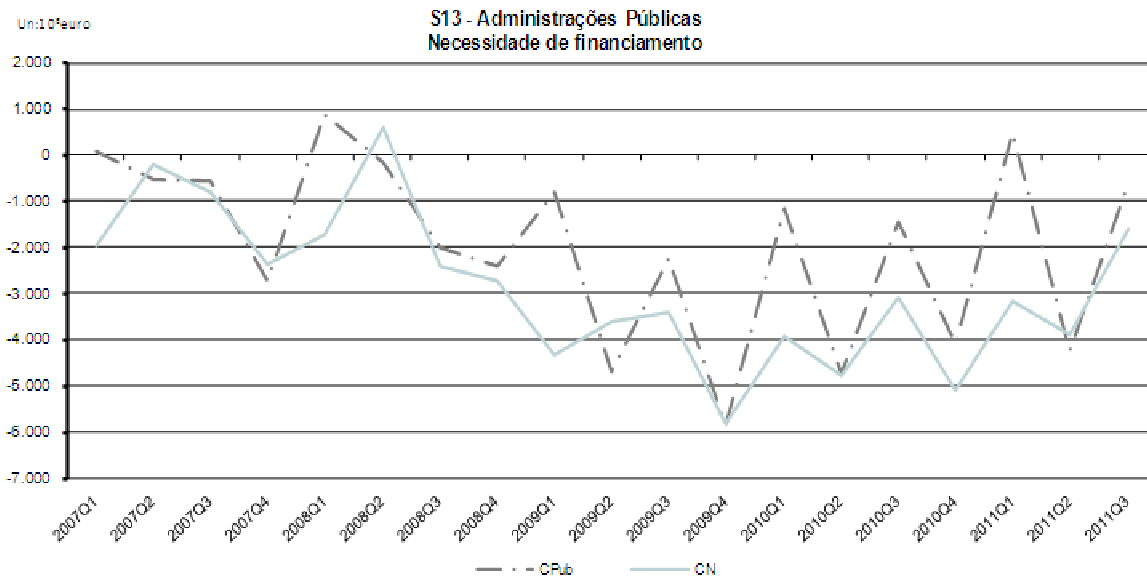
Entre as diferenças de universo de referência, está um conjunto de empresas públicas (nomeadamente, Estradas de Portugal, Parque Escolar, REFER), que na perspetiva das Contas Nacionais são integradas no setor das AP.

O segundo ajustamento decorre do princípio geral de especialização do exercício a que deve obedecer a compilação de Contas Nacionais. Em Contabilidade Pública a informação encontra-se registada numa ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente, excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Por exemplo, os juros da dívida pública são registados em Contabilidade Pública quando são pagos. Em Contas Nacionais, os juros corridos da dívida pública são considerados em cada período contabilístico independentemente do momento em que são pagos.

Conforme se verifica no quadro seguinte os ajustamentos são significativos.

	Unid:10 ⁶ euro			
	2011 Q1	2011 Q2	2011 Q3	2011 Q1-Q3
Saldo em contabilidade pública:	464,2	-4.255,1	-596,7	-4.387,6
Ajustamento ao universo em Contas Nacionais	-416,0	-485,8	-596,1	-1.497,9
Ajustamentos "accrual"	-2.850,1	467,3	-347,1	-2.730,0
Outros ajustamentos:	-353,7	409,6	-75,6	-19,7
Saldo em contabilidade nacional:	-3.155,6	-3.864,0	-1.615,5	-8.635,1
<i>por memória:</i>				
PIB Trimestral	41.144,5	43.111,3	42.997,9	127.253,7
Saldo % PIB	-7,7%	-9,0%	-3,8%	-6,8%

A informação trimestral está sujeita a efeitos de natureza sazonal que se devem ter em atenção na análise do comportamento do saldo orçamental e dos ajustamentos para a ótica de Contas Nacionais, conforme se pode observar no gráfico seguinte.



Programa de transmissão das Contas Trimestrais por Sector Institucional

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Este programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades não financeiras (S11), Sociedades financeiras (S12), Administrações Públicas (S13), Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M), total da economia (S1) e Resto do Mundo (S2):**

– Operações sobre bens e serviços (P):

- P.1 Produção
- P.2 Consumo intermédio
- P.3 Despesa de consumo final
 - P.31 Despesa de consumo individual
 - P.32 Despesa de consumo colectivo
- P.4 Consumo final efectivo
 - P.41 Consumo efectivo individual
 - P.42 Consumo efectivo colectivo
- P.5 Formação bruta de capital
 - P.51 Formação bruta de capital fixo
 - P.52 Variação de existências
- P.53 Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
- P.6 Exportação de bens e serviços
 - P.61 Exportação de bens
 - P.62 Exportação de serviços
- P.7 Importação de bens e serviços
 - P.71 Importação de bens
 - P.72 Importação de serviços

– Operações de distribuição (D)

- D.1 Remunerações dos empregados
 - D.11 Ordenados e salários
 - D.12 Contribuições sociais dos empregadores
 - D.121 Contribuições sociais efectivas dos empregadores
 - D.122 Contribuições sociais imputadas dos empregadores
- D.2 Impostos sobre a produção e a importação

D.21	Impostos sobre os produtos
D.29	Outros impostos sobre a produção
D.3	Subsídios
D.31	Subsídios aos produtos
D.39	Outros subsídios à produção
D.4	Rendimentos de propriedade
D.41	Juros
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades
D.43	Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos
D.44	Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros
D.45	Rendas
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
D.6	Contribuições e prestações sociais
D.61	Contribuições sociais
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
D.63	Transferências sociais em espécie
D.7	Outras transferências correntes
D.71	Prémios líquidos de seguros não-vida
D.72	Indemnizações de seguros não-vida
D.73	Transferências correntes entre administrações públicas
D.74	Cooperação internacional corrente
D.75	Transferências correntes diversas
D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
D.9	Transferências de capital
D.91	Impostos de capital
D.92	Ajudas ao investimento
D.99	Outras transferências de capital
D.92	Subsídios ao investimento
D.99	Outras transferências de capital

- Outros registos de acumulação (K)

K.1 Consumo de capital fixo

- Saldos (B)

B.1 Valor acrescentado / B.1* Produto interno
B.2/B.3 Excedente de exploração/ Rendimento misto
B.5 Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional
B.6 Rendimento disponível
B.7 Rendimento disponível ajustado
B.8 Poupança
B.9 Capacidade/necessidade líquida de financiamento